

21 capitais recebem nota mínima em transparência

A oferta de dados abertos sobre as políticas públicas nas prefeituras das capitais brasileiras ainda é escassa, conforme estudo da Open Knowledge Brasil. O Índice de Dados Abertos para Cidades (ODI Cidades) 2023, lançado nesta terça-feira (4), evidencia que 21 das 26 capitais brasileiras possuem o pior nível de abertura de dados possível dentro da metodologia estabelecida pelo estudo.

A presença desses dados nos sites de órgãos públicos não é obrigatória pela legislação. Ainda sim, por meio dessas informações é que a sociedade pode avaliar políticas públicas, defender direitos fundamentais e participar de forma ativa nos processos decisórios.

O índice apresenta a avaliação de 14 áreas associadas às políticas públicas das capitais brasileiras: administração pública, assistência social, cultura, educação, esporte e lazer, finanças públicas, habitação, infraestrutura urbana, legislação, meio ambiente, mobilidade e transporte público, ordenamento territorial e uso do solo, saúde e segurança pública.

A pontuação do índice é apresentada em uma escala de 0 a 100%, e classificada em cinco níveis de abertura: “Opaco” (0 a 20%), “Baixo (21% a 40%), “Médio (41% a 60%), “Bom” (61% a 80%) e “Alto” (81% a 100%).

Ao todo, 21 capitais foram classificadas na categoria “opaco”, outras três tiveram a avaliação de “baixo” (Recife, Curitiba e Fortaleza). Apenas duas atingiram o nível “médio”: São Paulo e Belo Horizonte, com 48% e 47%, respectivamente. Ainda assim, abaixo de 50%. Ou seja, nenhuma capital brasileira

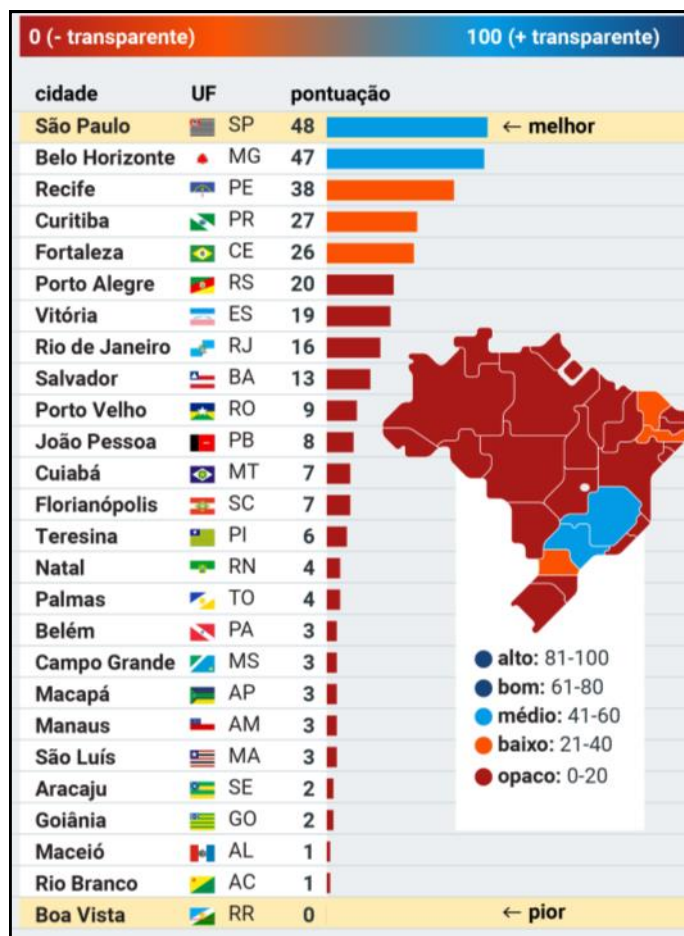
atingiu o nível “bom” de abertura de dados abertos.

Para a coordenadora de Advocacy e Pesquisa da Open Knowledge Brasil, Danielle Bello, a visão geral do índice é crítica e preocupante por se tratar de capitais dos estados. “É um contexto preocupante, que nos faz questionar: se a situação naquelas que são as maiores cidades do país é esta, como é o cenário em outros municípios do Brasil?”

De acordo com a Open Knowledge, os melhores índices estão nas áreas de administração e finanças públicas, pois são as áreas com mais dados abertos disponíveis, uma vez que a legislação prevê a oferta desses dados. “Ainda assim, a qualidade das informações ainda é uma questão crítica, nesse e em todos os outros temas”, diz o estudo.

Entre as questões que permeiam o estudo, estão:

- Os dados estão disponíveis online, de forma gratuita e sem necessidade de solicitar acesso?
- O conjunto de dados fornece metadados?
- O conjunto de dados está em formato de arquivo não-proprietário e processável por máquina?
- O conjunto de dados está atualizado de acordo com a periodicidade declarada?



“Áreas como educação, meio ambiente e habitação, centrais no debate público e correspondentes a parte relevante dos desafios enfrentados pela gestão pública nas cidades, estão quase no escuro completo. Em cada uma delas, apenas uma cidade alcança um nível “Bom” de abertura, em meio a ausência generalizada de informações básicas sobre a infraestrutura educacional e a demanda por vagas em escolas, o alcance de políticas para enfrentamento ao déficit habitacional e a gestão e proteção de recursos naturais”, diz a pesquisa.

Segundo a Open Knowledge, o estudo serve de alerta para o eleitor. “Lançar o índice neste ano de eleições municipais é fundamental para poder discutir propostas de governo que sejam pautadas por evidências, com políticas que poderão ser construídas a partir desses dados”.

Fonte: Congresso em Foco

**ASSEMBLEIA ESPECÍFICA****IBAMA/MA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2024**

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca os associados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, em gozo dos seus direitos Estatutários, para participarem da Assembleia Específica no dia 10 de Junho de 2024, às 09:30 horas, no Auditório da Sede situado à Avenida Jerônimo de Albuquerque, 16 - Bequimão, São Luís - MA, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1- Informes; 2- Eleição de Delegado(a) Titular e Suplente ao XI.

São Luís - MA, em 04 de Junho de 2024.

João Carlos Lima Martins,
Presidente.

ASSEMBLEIA GERAL**IPHAN/MA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2024**

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca os associados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/MA, em gozo dos seus direitos Estatutários, para participarem da Assembleia Geral no dia 06 de Junho de 2024, às 09:30 horas, no Auditório da Sede situado à Rua do Giz, 235 - Centro, São Luís - MA, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1- Informes e 2- Eleição de Delegado(a) Titular e Suplente ao XI CONSEF e para a Plenária de Alteração Estatutária (Subseção II Art. 34 e 35 - Estatuto do SINDSEP/MA).

São Luís - MA, em 04 de Junho de 2024.

João Carlos Lima Martins,
Presidente.